

VERGER (Jacques). — *Les universités au moyen âge*. Paris, Presses Universitaire, 1973. Collection SUP — L'Historien. 214 páginas — 1 volume 1/16 (10 x 23 cm.).

Outro volume da Coleção SUP, série *L'Historien*, desta vez tendo por autor Jacques Verger, professor assistente da Universidade de Nancy. A obra em linhas gerais pretende estudar o funcionamento da instituição universitária intelectual, das ligações entre universidades medievais e sociedade de seu tempo.

Na introdução, o autor considera que a história das universidades não deve ser separada do conjunto da história social. O conhecimento das universidades como instituições vivas e grupos humanos poderá por sua vez esclarecer a história das idéias.

A obra se divide em duas partes: Origem e afirmação das universidades, de um lado e, o fim da Idade Média (séculos XIV e XV, declínio ou transformação), de outro, ambas com três capítulos.

Na primeira parte o autor fala sobre as escolas do ocidente no começo do século e chama a atenção para o "renascimento" deste mesmo século, acentuando o desenvolvimento urbano e o crescimento demográfico geral do Ocidente. Procura dar idéias sobre as primeiras Universidades: Paris, Bolonha, estabelecendo distinção entre universidades espontâneas e universidades criadas. Entretanto, é nos centros mais importantes que correspondem às universidades de Paris, Bolonha e Oxford que o autor concentra sua atenção para estudar a organização dos problemas internos.

Quanto as universidades como corporações o fenômeno universitário se apresenta através da Europa como uma notável unidade devido a ação do papado, estabelecendo o que se compreende por *studium e universitas*. As faculdades eram sobretudo divisões administrativas do *studium*. As nações eram outra subdivisão importante das universidades, e reuniam-se mais diretamente que as faculdades ao aspecto propriamente corporativo das universidades.

O reitor aparece como verdadeiro chefe da corporação universitária e seus poderes são bastante amplos.

No século XIII as universidades apresentavam características diversas procurando manter dois traços essenciais: a defesa do privilégio universitário e a organização de trabalho.

Os programas são mais ou menos conhecidos conforme a universidade.

Os aspectos sociais são os menos conhecidos na história das universidades do século XIII por terem interessado mais aos estudiosos de direito ou de filosofia do que aos historiadores, contribuindo ainda para isso a documentação insuficiente.

O papado tentou afirmar sua jurisdição sobre as universidades ao mesmo tempo em que encorajava seu desenvolvimento, considerando-as como instituições a serviço da Santa Sé, daí decorrendo seu envolvimento nos conflitos internos da igreja, agravados pela falta de quadros competentes em uma Europa de população que cresce. Em particular aumenta a necessidade de controle das

diversas ordens e os riscos de heresias se multiplicavam. Em 1286 o arcebispo de Bruges dizia aos parisienses:

“O que nós somos hoje vós o sereis amanhã. Eu não creio com efeito, que haja hoje um prelado entre nós, que não tenha saído desta universidade”.

Na segunda parte o autor estabelece relações maiores entre universidades e sociedade, abordando os fatores do declínio e salientando que na sociedade de seu tempo, o papel das mesmas não foi menor.

As mudanças sociais provocaram o aumento do número de laicos nas universidades italianas e do *Midi*. Os clérigos que se formavam nas faculdades de teologia eram pouco numerosos e pertenciam em sua maioria às ordens mendicantes.

A teologia do século XIII era estritamente agustiniana em Oxford e tomista em Paris. Enquanto que as faculdades de teologia do século XIV viram nascer doutrinas novas, a mais original das quais foi a de Guillaume d'Occam (1300-1349). Em Paris no século XV os ocamistas representavam a *via moderna* em teologia concorrendo abertamente com os tomistas. O aspecto mais importante do ocamismo foi sua função crítica. Os teólogos do século XIV criticam violentamente as estruturas eclesiásticas. As universidades desempenham papel importante nos concílios, destacando-se Jean Charles de Gerson (1363-1429) “o espelho de seu tempo”.

Quanto aos juristas são importantes para a missão espiritual e boa gestão da Igreja — os padres devem ter a mentalidade de um jurista e não de um teólogo, o que contribuiu para o desenvolvimento das faculdades de direito. São citadas cifras relativas ao número de graduados e a porcentagem dos que se colocaram a serviço da Igreja.

No que concerne às relações entre as universidades e os Estados percebemos que os soberanos estão conscientes da influência e do papel das universidades. Nos séculos XIV e XV a concepção das relações entre universidades e Estados transformam-se e os príncipes favorecem a criação de universidades atendendo às necessidades de pessoal graduado, isto facilitava o acesso aos serviços do rei atraindo muitos da pequena nobreza e da burguesia.

Os universitários não se contentaram simplesmente de serem servidores do Estado, procuram participar do exercício do poder com a participação dos graduados nos governos municipais. Esta atitude se encontra na obra de Marsílio de Pádua, Guilherme de Occam, Wicliff que criticam o papado e as instituições eclesiásticas através de uma definição do Estado laico e suas prerrogativas.

Se o papel das universidades no fim da Idade Média foi limitado, foi contudo suficiente para convencer os governantes de controlarem estreitamente sua autonomia.

Reafirmando que é importante estudar o papel da universidade no processo social de sua época menciona o autor o número de pobres e de ricos que frequentavam as universidades, chamando a atenção de que mesmo os mestres não passavam de operários intelectuais. Mas não deixava de existir o fechamento social das universidades com a exclusão dos pobres, embora essa exclusão não fosse completa.

Concluindo, não deixando de chamar a atenção sobre os problemas pendentes, o autor refere-se à passagem de aproximadamente três séculos com conclusões frequentemente provisórias.

O relacionamento da universidade com o conjunto da sociedade quanto à organização deverá ser estudado, procurando saber o papel desempenhado pelas universidades e os universitários nas sociedades medievais. A “política universitária” não sendo claramente definida, o uso que da universidade faziam os diferentes poderes e grupos, seria esclarecedor. A composição social e geográfica não bastava, necessitando de informações suplementares. O “trabalho intelectual” seria, apesar de incompleto, o grande projeto da universidade medieval. A sequência linear (aparecimento, apogeu, declínio) não parece oportuna para explicar a universidade medieval, pois as universidades do fim da Idade Média não devem ser vistas como réplicas decadentes das de grande época, sendo mais justo falar-se de novas funções do que de declínio, nos séculos XIV e XV.

CLÉA GOLDMAN.

* *
*

WATT (W. Montgomery). — *Historia de la España islámica*, trad. José Elizalde, Madrid, Ed. Alianza, (c. 1970), 211 p., in 8º (18 x 11), 2 mapas.

O historiador britânico Montgomery Watt é um especialista em questões islâmicas, com várias obras publicadas sobre o tema, tais como, *Islam and the integration of society* (1961), *Islamic philosophy and theology* (1926) e *Muslim intellectual* (1963) entre outras.

O título original da presente obra é *A history of islamic Spain*, sendo editada pela primeira vez em 1965. De início convem frisar que contou com a colaboração do Dr. Pierre Cachia para o desenvolvimento das partes referentes à história literária. Aliás, tal colaboração está registrada logo na página de rosto, e é um lembrete bastante pertinente, pois, o pequeno volume de Watt é, sobretudo, um livro de história cultural, sendo a literatura manifestação assaz significativa da cultura de Al-Andalus (Espanha muçulmana). Entretanto, o autor não omite, embora o faça suscintamente, acontecimentos políticos, com o propósito de dar uma dimensão espaço-temporal ao texto.